



**PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
PCT BRA/IICA/05/004 – PAN DESERTIFICAÇÃO**



Lagoa dos Campinhos (seca). Foto: Beth Souza, 2015

RT 2 – Relatório Técnico contendo levantamento das informações das comunidades remanescentes de quilombos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco no Estado de Sergipe.

**Adalcira Santos Bezerra
Consultora**

**Brasília-DF
2015**

RESUMO EXECUTIVO

Este Relatório Técnico – RT2: Planejamento das etapas necessárias à elaboração do levantamento das informações nas comunidades remanescentes de quilombos, em articulação, prevendo a metodologia composta por dinâmicas pedagógicas apropriadas para trabalho em comunidades. O Mapa Falado, uma forma de contribuir para a emergência dos aspectos ambientais, culturais, sociais e econômicos do território seguido pela Árvore do Sonhos, que intentou o envolvimento da comunidade na construção de sonhos individuais projetando na coletividade para a melhoria das condições nos territórios a partir da regularização fundiária e titulação das terras. Consta na sequência um momento de entrevistas com as lideranças presentes à roda de diálogo e das visitas técnicas em quatro territórios (Bongue, Lagoa dos Campinhos, Brejão dos Negros e Caraíbas) que completou o trabalho proposto.

Inclui os comentários finais e por as referências bibliográficas.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS.....	2
3. RETROSPECTIVA HISTÓRICA: Ecos da Constituição Federal de 1988.....	2
4. ENFOQUE E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	5
4.1. Etapa 1.....	6
4.2. Etapa 2.....	12
4.3. Etapa 3.....	14
5. COMENTÁRIOS FINAIS	38
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade atender ao contrato de prestação de serviços de consultoria n^o 114298, relativo ao termo de referência n^o 4853 para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, para desenvolver o Relatório Técnico – RT2 contendo levantamento das informações das comunidades remanescentes de quilombos da BHSF, no Estado de Sergipe, quando possível, contemplar as áreas susceptíveis à desertificação – ASD.

Sob forma de responder ao enunciado este documento consta do desvelamento do estudo e atividades desenvolvidas para a identificação e abrangência das políticas públicas do governo federal, direcionadas e acessadas para/pelas (as) comunidades remanescentes de quilombos, localizadas na região do Baixo São Francisco, nas áreas do meio ambiente, acesso à terra e à água, educação quilombola, saúde, habitação, transporte, saneamento e infraestrutura, acesso à água, regularização fundiária e cultura. Também buscou identificar as manifestações culturais tradicionais mantidas nessas comunidades, tomando como exemplo, as atividades artesanais, a culinária, as práticas das benzedadeiras/os as festividades.

A partir da Constituição de 1988, as iniciativas de atenção às comunidades negras, principalmente, rurais, estão canalizadas no Programa Brasil Quilombola, hoje formado por 23 ministérios¹, coordenado pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR “com fins da execução da política por meio de ações estruturantes como pressuposto para a reparação histórica” (SEPPIR).

Para o atendimento do objetivo que originou este relatório, seguiu-se um

¹ O Programa Brasil Quilombola (PBQ) reúne 23 ministérios do Governo Federal, além de empresas públicas e sociedades de economia mista, que integram um expressivo conjunto de ações que atendem às comunidades remanescentes de quilombos no país. Programa Brasil quilombola. Relatório de Gestão 2009.

roteiro com momentos distintos e complementares, iniciando por uma retrospectiva histórica do processo a partir da Constituição de 1988, com desdobramentos em atos legislativos de operacionalização dos processos para o auto-reconhecimento pelas comunidades negras, notadamente rurais, que assim se auto-atribuem. Portanto, o ponto de partida que garante em instância final a apropriação da terra, um direito tradicional, ancestral. As etapas seguintes tratam dos procedimentos metodológicos, as estratégias e atividades desenvolvidas por meio de dinâmicas pedagógicas apropriadas, desde os momentos de construção em grupos, entrevistas e visitas técnicas que culminaram nos comentários sobre o conjunto do trabalho.

2. OBJETIVOS

Apresentar o resultado das atividades, contendo o levantamento das informações em comunidades remanescentes quilombos no Estado de Sergipe, região do Baixo São Francisco.

3. RETROSPECTIVA HISTÓRICA: Ecos da Constituição Federal de 1988 AUTO-IDENTIFICAÇÃO: Sou quilombola

Ser quilombola é uma questão de auto-assunção do lugar **histórico de onde vieram seus ancestrais**, significa ser herdeiro do qual é parte e todo. Para Marques, (2008) [“É a continuidade histórica que relaciona o território fundado pelo (**pela**, grifo meu) ancestral comum aos seus moradores atuais...], Além do fundamento histórico, o significado de comunidade se constrói a partir do compartilhamento das mesmas condições sociais e de um mesmo modo de viver, cultural, espiritual, e mítico (LIMA, Et al). “O sentimento de pertencer a uma coletividade que possui uma mesma origem histórica define a comunidade” (LIMA, Et al). Inserir mais um parágrafo.

O determinante histórico do SER remanescente quilombola advém da

Constituição de 1988, que inaugura pela primeira vez na história, enquanto sujeito de direito legítimo, uma luta e conquista dos movimentos negros que é garantido, especificamente, no Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, a saber: *"Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos."* Portanto, na contramão da legislação colonial, os quilombolas passam ter direito à reparação de danos.

A proposta para que fosse reconhecido o direito das terras às comunidades quilombolas na Constituição Federal de 1988 foi, como resultado de um amplo processo de mobilização das comunidades negras rurais, do movimento negro urbano e de outras organizações, apresentada à Assembleia Nacional Constituinte, através de uma emenda de origem popular (SOUZA).

Em pesquisas e conversas com quilombolas, extraiu-se que tanto a legislação federal quanto as estaduais, orientam o “processo para a identificação até a titulação das terras quilombolas”, sendo o Incra o órgão responsável na esfera federal em acordo com o [Decreto Federal nº 4.887 de 2003](#)² e na [Instrução Normativa Incra nº 57 de 2003](#)³ 9, enquanto que a Fundação Cultural Palmares coube a emissão da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos com base no mesmo decreto. Quadro geral da política de regularização quilombola, após a certificação pela Fundação Palmares:

² Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

³ Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Marco Inicial – Certificação (Fundação Palmares).

1. Fase inicial – abertura do processo no Incra para reconhecimento dos Territórios Quilombolas.
2. Elaboração do RTID – Início do estudo da área visando a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Declaração.
3. Análise e julgamento de recurso do (RTID – Após a publicação do RTID, o processo é aberto para contraditório.
4. Portaria de Reconhecimento – Portaria que declara os limites do território.
5. Decretação/encaminhamento – Decreto presidencial que autoriza a desapropriação privadas/encaminhamentos a entes públicos que tenham a posse.
6. Desintrusão – Notificação e retirada dos ocupantes.
7. Titulação – Emissão de título de propriedade coletiva para a comunidades.

Com fins de representação das comunidades quilombolas, no ano de 1995, foi criado pelo movimento nacional das comunidades negras rurais a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – Conaq, uma deliberação do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizado em novembro de 1995, em Brasília/DF. Em 1996 o Conaq é oficializado durante a reunião de avaliação desse encontro na cidade de Bom Jesus da Lapa – BA. A participação do Conaq na elaboração do Decreto 4887/2003, tem grande significado e representa a principal instância de luta dos direitos quilombolas em prol do acesso à terra e das políticas afins para a garantia da cidadania.

Como forma de congregar as ações direcionadas às comunidades quilombolas, em 2004, o governo federal institui o Programa Brasil Quilombola, seguida da criação da Agenda Social Quilombola – ASQ⁴, com recursos

⁴ ASQ atua em eixos relacionados ao acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos de cidadania. A gestão da ASQ é estruturada a

previstos no PPA, a ser desenvolvido por 23 ministérios e outros órgãos, de modo a atender os objetivos para:

A garantia do acesso à terra; ações de saúde e educação; construção de moradias, eletrificação; recuperação ambiental; incentivo ao desenvolvimento local; pleno atendimento das famílias quilombolas pelos programas sociais, como o Bolsa Família; e medidas de preservação e promoção das manifestações culturais quilombolas.

A partir do decreto foi iniciado pelo Incra/SE um processo inédito no País, com a obtenção de áreas particulares para a criação do futuro território, o que se deu no final de 2013. *É por esse estado que se iniciou o estudo para o levantamento das informações das comunidades remanescentes de quilombolas, o qual originou o relatório em curso.*

4. ENFOQUE E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O enfoque estratégico e metodológico contemplou três etapas, mais a entrevista e visitas técnicas, lançando mão de abordagens desde o levantamento prévio nos sítios da Fundação Palmares, Instituto Nacional de Reforma Agrária – Incra, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Fundação Nacional de Saúde – Funasa, Seppir/Programa Brasil Quilombola – PQB, Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – Conaq (**Etapa 1**).

Articulação institucional com governo federal no estado (Incra, Embrapa, Codevasf e Ibama), com o estado de Sergipe (Semarh) e com os municípios (Propriá, Brejo Grande, Ilha das Flores, Santana do São Francisco, Caraíbas, Japoatã, Porto da Folha e Canindé do São Francisco), por fim, com as associações e a representação da coordenação do Movimento Quilombola em Sergipe (**Etapa 2**).

partir do Comitê Gestor Interministerial e tem caráter deliberativo e executivo composto por Ministérios e Secretarias Especiais.

A (**Etapa 3**) constituiu na realização de rodas de diálogos por dois dias com lideranças e outros atores de quatro comunidades e coordenação estadual do movimento quilombola, com vistas a desvelar os temas: acesso à terra e à água; habitação; meio ambiente; educação; saúde; saneamento; eletrificação, vias de acesso, outros e um momento dedicado à entrevistas das lideranças. Completam essa etapa as visitas técnicas nas mesmas comunidades das lideranças presentes ao encontro. Ressalta-se que as visitas ocorreram em duas ocasiões (etapas dois e três). O decorrer deste relatório trata da descrição mais detalhada e desenvolvimento das etapas.

4.1. Etapa 1

Nessa etapa foram acessadas informações para a obtenção de um panorama em torno da questão quilombola, com foco no levantamento, tomando como referência a Constituição Federal de 1988, seguido ao estabelecido pelo governo federal para o Incra, Fundação Palmares, Seppir e outros atores do governo federal, tendo em vista a instituição e implementação das políticas públicas específicas para o segmento, além de outras fontes informações.

Na busca foram encontrados registros de 27 comunidades cadastradas na Fundação Palmares, enquanto que no Incra o quantitativo chega a 29 dos remanescentes de quilombo no estado sergipano, neste caso, sem uma listagem para que pudesse confrontar o informado. Já no recorte que compreende o Baixo São Francisco, nos dois sítios, dados dão conta da existência de 9 comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares, as quais se encontram em diversos estágios até a titulação. Segundo informações da prefeitura de Propriá e de lideranças da comunidade, o governo federal está revendo a certificação da comunidade de Sto. Antonio Canafístula, município de Propriá, motivo para não ser considerada no estudo.

Para a ilustrar, a **figura 1** representa a espacialização de 27 comunidades remanescentes de quilombos (Fundação Palmares) no estado (**azul**) e dentre

essas, as indicadas para visitas técnicas (**verde**), seguido por dois quadros (**quadro 1 e 2**), baseados na informação dessa mesma instituição que identificam, respectivamente, as comunidades, municípios, ano de certificação e a etapa do processo, nas 27 (total no estado) e 8 (Baixo São Francisco).

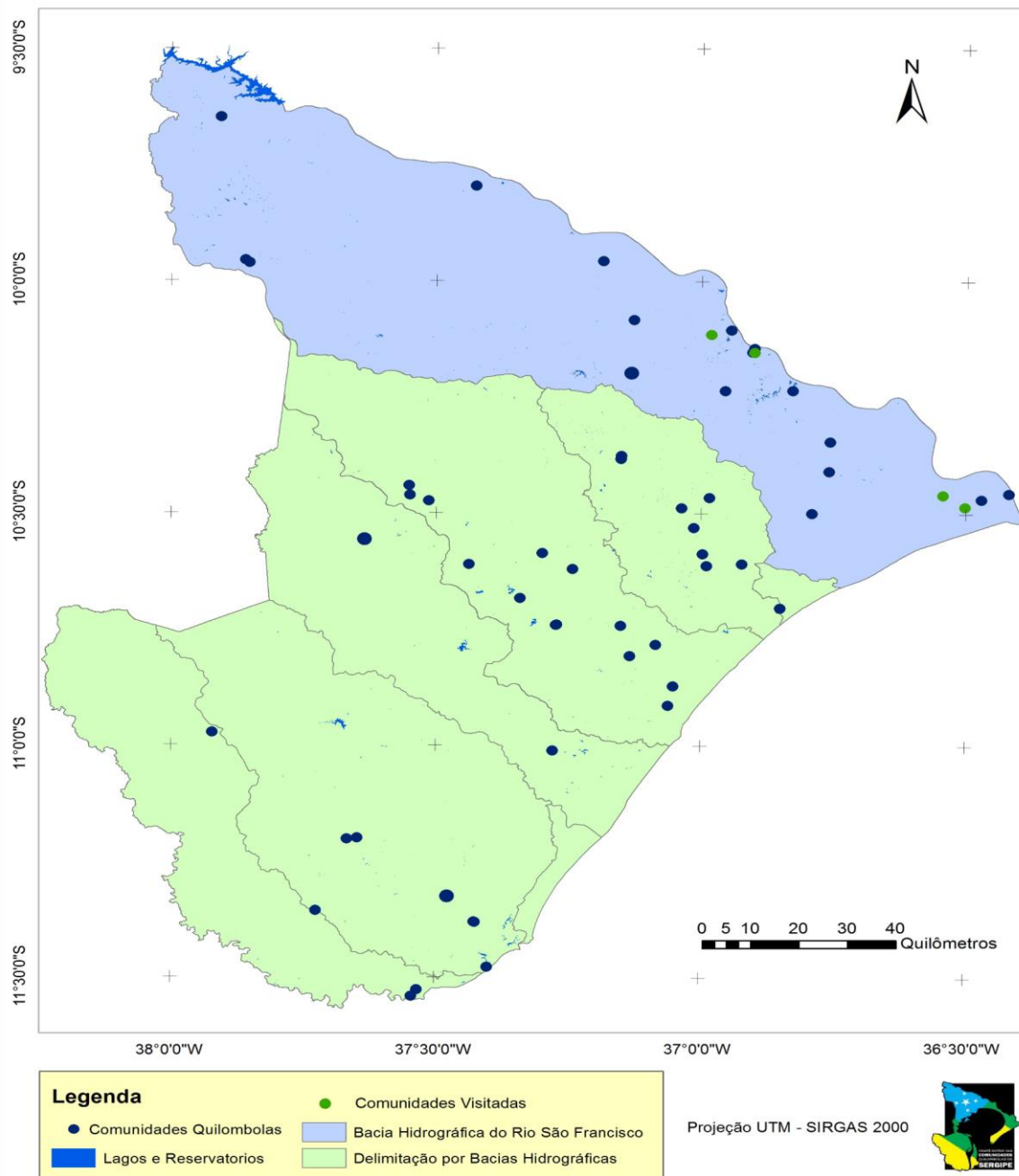


Fig. 1: Espacialização das comunidades Quilombolas: Estado de Sergipe. **Fonte:** MORAIS, 2015.**Quadro 1.** Comunidades Remanescentes de Quilombo – Estado de Sergipe

Nº	Comunidade	Município	Nº	Comunidade	Município
1	Mocambo ⁵	Porto da Folha	15	Fazenda Pirangy,	Capela
2	Caraíbas	Canhoba	16	Canta Galo e Terra	Capela
3	Serra da Guia	Poço Redondo	17	Dura e Coqueiral	Capela
4	Lagoa dos Campinhos	Amparo do São Francisco	18	Maloca	Aracaju
5	Ladeiras	Japoatã	19	Porto D'Areia	Estância
6	Brejão dos Negros	Brejo Grande	20	Curuanha	Estância
7	Bongue	Ilha das Flores	21	Patioba	Japarutuba
8	Rua dos Negros	Canindé de São Francisco	22	Povoado Forte	Cumbe
9	Sto. Antonio Canafístula	Propriá (processo em revisão)	23	Mocambo	Aquidabã
10	Desterro	Indiaroba	24	Lagoa do Junco	Poço Verde
11	Catuaba	Frei Paulo	25	Aningas e Alagamar	Pirambu
12	Luziense	Santa Luzia do Itanhy	26	Quebra Chifre (Povoado Bela Vista)	Riachuelo
13	Luziense	Santa Luzia do Itanhy	27	Pontal da Barra	Barra dos Coqueiros
14	Mussuca	Laranjeiras		---	---
Total = 27					

⁵ Um fato é que a Comunidade Quilombola Mocambo, composta por 114 famílias, no município de Porto das Folhas às margens do rio São Francisco, foi a primeira a ser reconhecida oficialmente pela Fundação Palmares em novembro de 2009, decretada pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, como de interesse público para a consolidação de um território quilombola (INCRA, 2011).

O Estado de Sergipe inaugura no país o processo que garante às Comunidades Remanescentes de Quilombos – CRQ, a criação do seu território

quilombola, que nesse caso está inserido na região do Baixo São Francisco, a qual é:

Composta por 114 famílias, Mocambo foi a primeira comunidade quilombola de Sergipe reconhecida oficialmente pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Em novembro de 2009, a área onde vive a comunidade, às margens do rio São Francisco, foi decretada pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, como de interesse público para a consolidação de um território quilombola. A partir do decreto, foi iniciado pelo Incra/SE um processo inédito no país, com a obtenção de áreas particulares para a criação do futuro território. Até o momento, dez imóveis rurais já foram incorporados e estão sendo ocupados pelas famílias de Mocambo. Outras cinco fazendas deverão ser desapropriadas até o final deste ano, concluindo o processo de desintração e concretizando a criação do território. Ao lado da comunidade de Lagoa dos Campinhos, no município de Propriá, também em Sergipe, Mocambo deverá se tornar o primeiro território quilombola do Brasil consolidado a partir da arrecadação de áreas particulares.

O **quadro 2**, específico para as CRQ do Baixo, informa o ano de certificação e a etapa/fase em que se encontra o processo para a titulação.

Quadro 2. Comunidades Remanescentes de Quilombo: Baixo São Francisco em Sergipe.

Nº	Comunidade	Município	Ano	Etapa	Nº	Comunidade	Município	Etapa	Ano
1	Bongue	Ilha das Flores	2011	C	5	Rua dos Negros	Canindé de São Francisco	C	2011
2	Brejão dos Negros	Brejo Grande	2006	C	6	Serra da Guia	Poço Redondo	C	2005
3	Canhoba	Caraíbas	2005	C	7	Japoatã	Ladeiras	C	2006
4	Lagoa dos Campinhos	Amparo do São Francisco	2004	C	8	Mocambo	Porto da Folha	T e C	2004
Total = 8									

Legenda: T= Titulada; C = Certificada

Do total das oito representações de associações quilombolas contata-

das (Bonge, Brejão dos Negros, Caraíbas, Lagoa dos Campinhos, Mocambo, Serra da Guia, Rua dos Negros e Japoatã), lamentavelmente, quatro (Mocambo, Ladeiras, Serra da Guia, Rua dos Negros e Ladeiras) não participaram da roda de diálogo nos dias 14 e 15/03, realizado no Seminário São Geraldo em Propriá, o que se deu por motivos internos às comunidades.

Para finalizar as atividades dessa etapa, segue de quilombo em quilombo, um resumo de alguns aspectos das comunidades, observando que nas fontes pesquisadas, foram encontradas informações insuficientes sobre a história e modo de vida para as comunidades do Baixo São Francisco.

A comunidade de Brejão dos Negros, na foz do São Francisco, dista a 8 km de Brejo Grande e a 137 km de Aracaju/SE. É composta por três comunidades: Brejão; Resina; e Carapitanga, um total de 486 famílias, a maioria atuante na Associação Quilombola Santa Cruz. De acordo com informações colhidas nos sítios da Fundação Palmares e do Incra, a comunidade recebeu parte das terras que lhes pertencem com a desapropriação e entrega da Fazenda Batateiras, o que possibilitou o acesso aos programas Minha Casa Minha Vida e de incentivo à agricultura familiar para a implantação de hortas comunitária.

O povoado de Bongue, situada às margens do São Francisco, há mais ou menos 1km de Ilha das Flores e 106, km de Aracaju/SE. No ano de 2000 a comunidade criou a Associação Comunitária da Comunidade Remanescente de Quilombo, tendo em vista a reivindicação pelo acesso à terra partir da. está sendo contemplada com o Programa Minha Casa Minha Vida, está certificada pela Fundação Cultural Palmares desde o ano de 2011, o processo para os estudos antropológicos encontra-se na Superintendência do Incra/SE, portanto ainda não executado. Não foram encontradas outras informações sobre a comunidade.

A comunidade remanescente de quilombo de Caraíbas, abrange os Municípios de Canhoba, Amparo do São Francisco, Aquidabã, Cedro de São

João e Telha no Estado de Sergipe, situada a 23 km de Cahoba e a 153 km de Aracaju/SE, é composta por 145 famílias. A comunidade é representada pela “Associação Quilombola Dona Paqueta Piloto”, na qual a presidente, Xifronese Santos, também é a coordenadora das Comunidades Quilombolas do Baixo São Francisco em Sergipe. A Fundação Palmares, conferiu a certificação no ano de 2005 e o processo do estudo antropológico iniciado em 2009, foi concluído e aprovado em 2012. Para a instituição do território, o rito seguinte passa pela assinatura do decreto de desapropriação pela presidenta Dilma.

Consta no sítio do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento - LACED, que a comunidade de Lagoa dos Campinhos, à margens do rio São Francisco, no Município de Amparo do São Francisco, distante 120 km de Aracaju/SE. De acordo com a Fundação Palmares, o reconhecimento pela Fundação Palmares ocorreu em no ano de 2004, quando o Incra cadastrou 89 famílias auto-identificadas e uma população em torno de 445 pessoas, organizadas em quatro pequenos povoados: Pontal, Crioulo, Lagoa Seca e Serraria. Consta, também, que na comunidade 08 famílias não se consideram na condição de quilombola.

Outra comunidade situada às margens do São Francisco, Mocambo, é a única titulada no Estado de Sergipe, o que aconteceu no ano de 2000 (Fundação Cultural Palmares). Composta por 113 famílias e uma estimativa populacional de 565 pessoas, está inserido no Município de Porto da Folha. A avaliação das pesquisas mostraram que a comunidade de Mocambo, mesmo sendo um caso emblemático na criação dos territórios quilombolas, é palco dos mesmos problemas que permeiam centenas de milhares de comunidades espalhadas e abordados nas atividades, relacionados aos aspectos do levantamento. Não compareceu à atividade (roda de diálogo).

A comunidade Serra da Guia, é uma comunidade remanescente de quilombos situada em Poço Redondo, com 68 famílias que foi reconhecida em 2004. As peculiaridades ficam por conta da Dona Zefa da Guia, benzedeira e

parteira famosa, procurada pela redondeza para as questões espirituais, pelas sabedorias medicinais. Costuma ajudar a comunidade que não tem atendimento médico local, mas a 12 km em estradas sem infraestrutura. Outra peculiaridade é a mata da Serra da Guia, ainda com uma pequena e rica biodiversidade, como as bromélias, orquídeas que segundo comentam é bastante representativa e exuberante, enchendo a serra de beleza rosa no mês de maio, de floração. Esse atrativo e riqueza, infelizmente provoca o roubo constante para a comercialização em outros estados. Há também a caça de pássaros, e outros animais, como os caititus que somado ao desmatamento vem ocasionando seguidas baixas na diversidade (fauna e flora), além do secamento dos riachos e de pequenas lagoas.

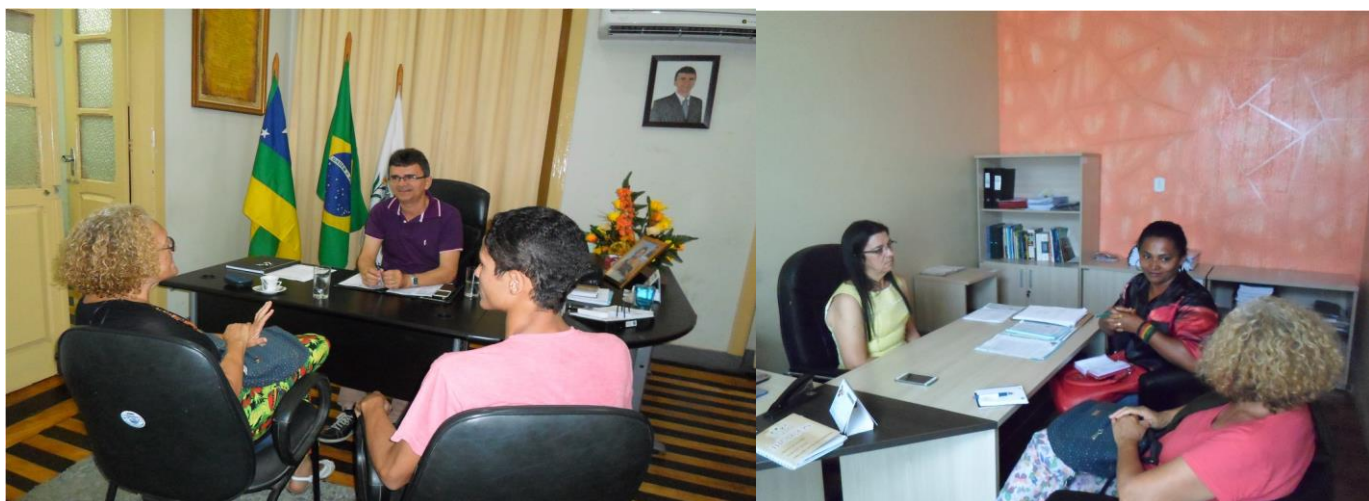
A comunidade não conta com saneamento, habitação precária, o acesso à água se dá por meio de cisternas circulares para a coleta de águas de chuva e ou caminhão-pipa. Vivem da agricultura de subsistência, bolsa família, cesta básica. O artesanato em palha de ouricuri e fibra de croá faz parte desde os primórdios dos antepassados. Duas grandes festas animam a cultura da comunidade, a festa de Santa cruz e a da promessa. A comunidade não compareceu à atividade (roda de diálogo).

4.2. Etapa 2

Dos atores do governo federal contatados (Codevasf, Ibama, Embrapa e Incra), apenas dois últimos contribuíram com as informações, a Embrapa com a indicação da representação da coordenação estadual do Movimento Quilombola de Sergipe e da associação de quilombolas de Caraíbas, uma referência destacada no movimento. O Incra disponibilizou suas planilhas o que permitiu o confronto das informações adquiridas nos sítios dessa instituição e da Fundação Palmares.

Ainda nessa etapa, a Semarh/SE não respondeu aos e-mails. As prefeituras dos municípios de Propriá, Brejo Grande, Ilha das Flores, Santana

do São Francisco e Canhoba, foram parceiras (**Figuras 2 a 4**), disponibilizando transporte para os deslocamentos da consultoria nos períodos de 20 a 26 de fevereiro e 12 a 16 de março de 2015 e representantes das comunidades para o encontro de dois dias no município de Propriá (14 e 15/03).



Figuras 2 e 3: Reunião de articulação – Prefeituras de Propriá e Canhoba/SE. Foto: Beth Souza, 2015.



Figura 4: Reunião prefeitura de Amparo do São Francisco.

Os contatos com as prefeituras de Porto da Telha, Poço Redondo e de Canindé do São Francisco, ficaram com as lideranças comunitárias dos dois primeiros, de modo que não nos foi informado os motivos da não participação nas atividades.

Por sugestão de Xifronese Santos, presidente da Associação Quilombola Dona Paqueta Piloto, comunidade de Caraíbas, conforme suas práticas de articulação para o fortalecimento da luta, foi acolhido um momento de diálogo com as representações do Baixo São Francisco, Sergipe. Prevendo, também, visitas técnicas às comunidades, foi formada uma pequena comissão de coordenação e articulação com representantes dos Territórios de: Caraíbas; Brejo Grande; e Amparo do São Francisco, mais a consultoria, responsável pelas atividades.

4.3. Etapa 3

Constituiu na realização de dois dias de roda de diálogos com integrantes das associações, um momento para entrevistas com as lideranças, finalizado com visitas técnicas em quatro comunidades, Brejão dos Negros, Bongue, Caraíbas e Lagoa dos Campinhos.

Por se tratar de comunidades detentoras da oralidade, um legado ancestral, o enfoque metodológico contemplou a utilização de técnicas pedagógicas, facilitadoras do protagonismo coletivo e individual, conforme proposto no planejamento (RT1). Nessa direção, trabalhamos com duas dinâmicas pedagógicas, o “Mapa Falado” e a ‘Árvore dos Sonhos”, atividades complementares na medida em que o primeiro destaca a realidade no território (como foi e como está), para depois trabalhar o cenário futuro desejado. Após as duas dinâmicas, reforçando, houve um momento para entrevista e por fim, enfatizando, as visitas técnicas às comunidades citadas em duas ocasiões (fevereiro e março).

Com adaptações, a dinâmica do Mapa Falado, foi baseada na orientação da publicação – *Ferramentas de Diálogo, Qualificando o uso das Técnicas de DRP – Diagnóstico Rural Participativo*, as quais: possibilita uma visão espacial do local; auxilia na obtenção de informações exploratórias; permite obter uma visão geral da realidade”, além de oferecer condições de ambiência para a expressão e valorização da oralidade, resgate de memória, facilitação da partilhada em todo o processo.

Reforçando, além do exposto, essa é uma dinâmica escolhida para trabalhar com as comunidades quilombolas, por ser apropriada para as abordagens da dimensão espacial, facilita a percepção geral das pessoas para o seu pedaço/território/comunidade, as representações do lugar (características ecológicas, infraestrutura, ecossistemas, rios, quintal, mata, saúde, saneamento, outros) e o levantamento do conhecimento que o grupo tem de sua realidade.

MAPA FALADO

O desenvolvimento do “Mapa Falado” seguiu o planejamento, o qual contemplou os itens:

Objetivo:

Levantar por meio da elaboração do “Mapa Falado”, os aspectos ambientais, culturais, sociais e econômicos do território.

A realização da atividade, envolve: a construção do Mapa Falado; registro fotográfico do processo; o desenho do mapa depois de concluído em papel pardo; e roda de socialização do trabalho.

Local: Ao ar livre em contato com a natureza, em um terreiro, sob uma árvore ou em uma sala, a depender das condições do tempo no dia.

Participantes: Até 30 representantes da comunidade.

Tempo total: 01h30' (uma hora e trinta minutos).

Material: Barbante, fitas; cartões coloridos; revistas e jornais; objetos encontrados na natureza (sementes, folhas, pedaços de galhos caídos, outros); giz de cera; papel pardo; fita adesiva; pregadores; tinta de pintura em papel (03 cores) e pincéis; outros.

Equipamentos: Máquina fotográfica; laptop e filmadora.

Desenvolvimento:

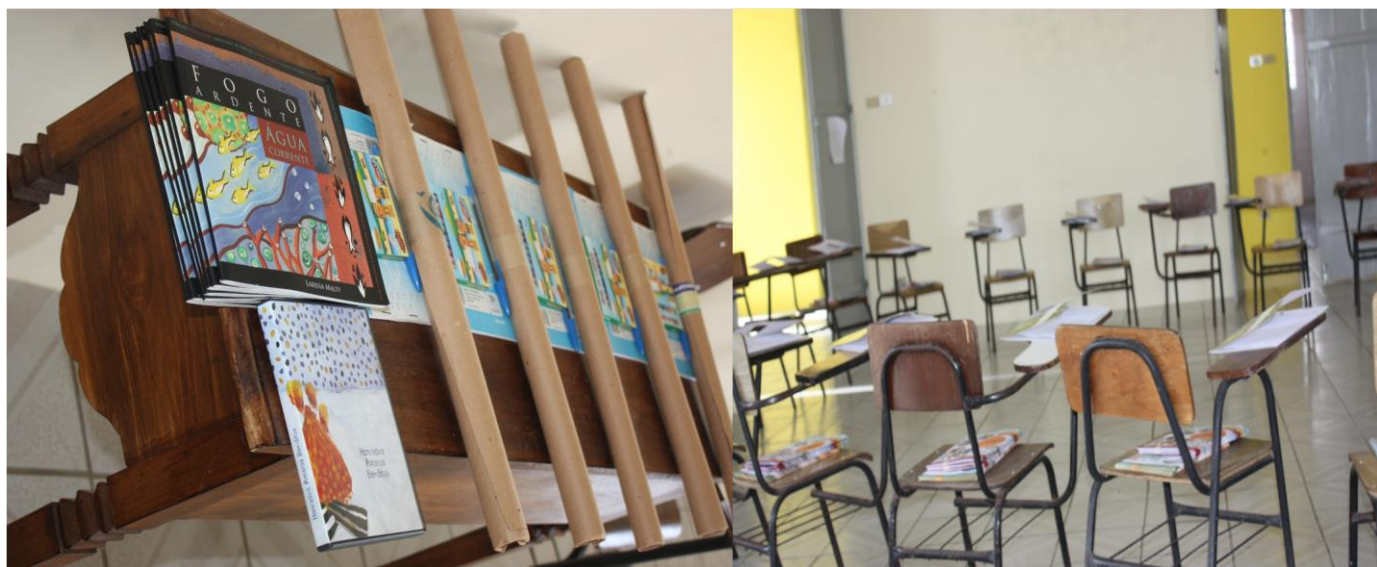
A) Embora não seja obrigatório abordar todos os aspectos, os grupos foram estimulados para avançarem o máximo com a contribuição de cada componente, sem monopolização. **(30')**

B) Registro fotográfico para compor o relatório, durante o desenvolvimento da atividade, pela facilitação e participantes.

C) Plotagem do mapa para o papel pardo, em seguida afixar na parede ou em varal. Realizar registro fotográfico que irá compor o relatório. **(30')**. Após a orientação o mapa foi construído direto no papel.

D) Roda de socialização: Roda de socialização das impressões/depoimentos foram registradas em foto e vídeo. Foi um momento rico, todos teceram comentários sobre o trabalho, as impressões geradas a partir das diversas realidades levantadas pelos mais velhos e jovens (ontem e hoje), do que existiu e existe no lugar. O resultado do trabalho ficará com a comunidade. **(30')**

Registro do início das **(Figuras 5 a 8)**.



Figuras 5 e 6: Sala das atividades. **Fotos:** Dal Bezerra.



Figuras 7 e 8: Início das atividades. **Foto:** Beth Souza.

A seguir o relato dos grupos com o feedback da roda de socialização sobre o “Mapa Falado”, colhido a partir de transcrição da gravação que buscou reproduzir o modo que cada um se expressou.

Grupo 1 (Figuras 9 e 10) – Raízes do quilombo

Componentes: Maria Izaltina (Brejão dos Negros); Agripino (Lagoa dos Campinhos); Inácio (Caraíbas) e Domenício (Brejão dos Negros).

– Maria Izaltina Silva Santos

Antes– Não sabe muitas coisas, sabemos mais agora. Então, minha gente, pra gente falar do antes e do depois, a gente não sabe muita coisa do antes, porque a gente vivemos mais o agora.

O manguezal antes era muito denso, hoje está devastado, tem a questão do desmatamento do mangue e também das matas.

As lagoas marginais, essa lagoa aqui é que sustenta a comunidade, chama-se “Lagoa Brejão Grande”, no verão o pessoal pesca nessa lagoa. A lagoa está seca, está secando, assim como o companheiro vai falar da Lagoa de Campinhos.

Antes vivia da plantação do arroz, era aquele sistema de meia, meia de mentira, a gente era enganado e não sabia..., a meia era o dono da terra arrendava, dava aquele pedaço pra gente trabalhar de meia, só que ele ficava com a $\frac{1}{2}$ dele, livre e a $\frac{1}{2}$ que era nossa, tirava todas as despesas e as vezes não sobrava nada, muitas vezes não sobrava nada.que era nossa.

Aí a gente vê aqui, a gente tem problemas nas margens do rio, o lixo.

Viveiro de camarão no manguezal que através desse viveiro de camarão. Resíduo que sai do viveiro prejudica a manguezal e o rio, aí mata os caranguejos, diminuindo também a quantidade de peixes e de caranguejos.

No rio doce a gente tinha muito camarão e hoje a gente não tem camarão, quando tem é muito pequenininho, de rabinho fino, nem tem carne, só cabeça.

Brejão dos Negros tem quatro comunidades:

- 1 -Resina que fica na margem do rio São Francisco. Possui uma lagoa marginal.
- 2 – Carapitanga que é manguezal, cercado por manguezal. Possui uma lagoa marginal.
- 3 – Brejão dos Negros
- 4 – Um grupo quilombola de Brejo Grande, sede do município. Possui uma lagoa marginal.

– **Domenicio José dos Santos** (Brejão dos Negros) São

três lagoas:

- Carapitanga, os pontos azulados são todas lagoas grande e profunda, mas está secando.

•Resina, estão com dificuldade de plantar arroz devido à salinidade, estamos em busca de solução, temos até problemas com a justiça, mas com os fazendeiros. Tem árvore frutíferas, oitizeiros, cajueiros, cambuí, mangabeira.

•Lagoa de Brejo Grande, a comunidade sobrevivia dela, não tem mais acesso, as lagoas vivem parada e há problema com a salinização da água.

Essa parte que está completamente destruída, dentro desse manguezal, vamos dizer assim que 90% do manguezal existem viveiros de camarão, passa dificuldade quem sobrevive do caranguejo uçá. Os viveiros são vigiados e o manguezal ao redor dos viveiros, ninguém pode encostar.

Hoje **(14/03, se referindo ao momento em que fazia a apresentação da atividade de grupo)** a máquina está lá, agora, nesse momento tem máquina dentro do manguezal destruindo o mangue, hoje nós estamos aqui, metem uma máquina destruindo o manguezal. Eram três máquinas!

– Agripino Pinheiros de Lemos (Lagoa dos Campinhos)

Quando o território era da comunidade, era tudo mata, não tinha cerca, marcava com pedras, cada uma delimitava a área com estrema⁵. Quando os fazendeiros foram chegando, foram dividindo essas áreas, comprando muitas vezes por nada, muita gente trocava por 1l de farinha, por um cavalo véio, terra não dá lucro, mas pra nós, né, mas o tempo foi passando o fazendeiro foi desmatando a mata, hoje, tornou-se isso aqui todo cheio de pasto, ficou tudo devastado. Colocaram agrotóxico que desceu para a lagoa.

A Lagoa de Campinhos antes com 12 km de lâmina d'água, passou a cerca de 10% desse total. Antes da terra passar para a associação quilombola, o entorno da lagoa era desmatada, após o qual a comunidade não mais desmatou, plantou e o verde está voltando aos poucos. O fazendeiro construiu um dique na lagoa para barra a água e secar a lagoa, isso quando foi iniciado o processo para a titulação. Eram muitas as árvores frutíferas em torno da lagoa que não se encontrava nas feiras (pipa, murta, jenipapo, “maçã”, araticum, araçá).

⁵ Limite de terras. Marco divisório de propriedades rústicas. Sulco ou rego que demarca terrenos.



Figuras 9 e 10: Grupo 1. Foto: Beth Souza, 2015.

Grupo 2 (Figuras 11 a 12)

Componentes: Edmilson (Lagoa dos Campinhos; Ana Maria (Bongue) e Ari (Caraíbas).

– Edmilson

Quando se fala do rio, o que a gente ouvia falar dos nossos avós, dos nossos pais, o nosso rio tinha uma grande quantidade de peixes, mais de 150 espécies de peixes, hoje, depois das barragens o número é insuficiente até mesmo para a pesca, as espécies diminuiu. As lagoas marginais, um ponto que deve ser tratado com muita urgência, aqui, as lagoas eram cheias importante para o rio São Francisco, hoje está totalmente seca.

A gente falou bastante da vegetação do rio hoje, há 50 anos o rio era muito melhor, hoje já existe pequenas fazendas dentro de rio São Francisco, isso é uma realidade, ninguém está olhando isso. Como Agripino falou aqui da lagoa dos Campinhos, pela importância que ela tem aqui na região de Propriá até o Alto Sertão. A gente fala pelo tamanho e importância que ela tinha, hoje uma lagoa pra ser ter ideia, o espelho d'água de 12 km que atendia a praticamente 400 famílias, da região e hoje você não encontra mais um peixe, está 100% seca. – **Ana Maria**

Rio com menos água, mais largo, com assoreamento, com barragens, menos peixe, surgimento das croas (o mesmo que coroa)⁶ usadas para a criação de gado.

– Ari e Edmilson

Muita mata, diversidade de casa pássaros, tatu, teiú veado, árvores frutíferas, mangueira, cajueiro, jenipapeiro, jabuticabeiras, cajazeira, ouricurizeiros, goiabeiras, murici, araçá, guloso, jaqueiras, craibeiras, roça de milho, feijão, mandioca.

Assoreamento

Riachos e tanques como muito peixe que vinha do rio na época das cheias. Samba de coco, forró. Xangô.

Resumo as falas sobre as condições do território (Antes e Hoje).

ANTES	HOJE
Brejão dos Negros e Bongue	Mais plantações artesanais
Rio, estreito e profundo	
Cheias	
Menos poluído	
Não existia barragem	
Vegetação nas margens	
Lagoas utilizadas como berçário (peixe)	
Plantações com resíduos sólidos	Rio largo e assoreado Diminuição de variedades de peixes nativos
Lagoas marginais para a plantação de arroz	Poluído
Menos embarcações motorizadas	Poluição por produtos usados na produção de arroz (Figura 19 e 20)
Menos queimadas	Barragem
Muitas pássaros e animais	Desmatamento
Menos construções às margens do rio	Plantação com produto químico
	98% das embarcações motorizadas
	Muitas queimadas
	Menos pássaros e peixes
	Muita construção às margens do Rio
<hr/> <p>⁶ Substantivo feminino; elevação de terra nos rios e maré; o mesmo que coroa.</p>	

Menos plantações artesanais
Seca das nascentes

Quase não existem lagoas marginais



Figuras 11 e 12: Grupo 2: Elaboração e Apresentação do Mapa Falado. **Foto:** Beth Souza, 2005.

– Edmilson

Para você ter uma ideia, na comunidade, recentemente nós brigamos com o governo para conseguir uma licença para colocar um motorzinho para irrigar uma horta comunitária, o governo não deu essa licença,

mas uma fazenda destruiu, 5 a 6 km de mata ciliar, destruiu tudo mesmo para colocar motores para irrigar cana.

Às vezes a gente fica se preocupando, só brigando e a gente não faz a nossa parte, cabe ao governo fazer a parte dele. Nós também temos que fazer a nossa!

Como o companheiro falou neste instante,

movimento é o que se movimenta, movimento que fica parado, não é movimento!

Achar que faz parte do movimento, fica dentro de casa, participa de uma reunião com o governo uma vez por mês, uma vez por ano, porque é assim, não adianta ficar de braços cruzados.

Recentemente, eu preocupado com Izaltina (Brejão dos Negros) e Nézia (Caraíbas), eu fui em uma reunião em Aracaju/SE, um amigo nosso comum e ele falando da preocupação nossa sobre o resultado do território (em referência à titulação das terras de suas comunidades), e é assim,

pela direção do Incra sem pressão nossa, **não vai sair, depende de nós!**

Um fato histórico que vai na direção da fala de Nésia (Comunidade Quilombola de Caraíbas), presidente da associação e coordenadora dos quilombolas do Baixo São Francisco, aconteceu com a mobilização para a ocupação do Incra/SE no dia 13/04/15 (**figura 13**), para “solicitar o processo de regulamentação da área identificada como ‘Brejão dos Negros’ situado no município de Brejo Grande. A regulamentação depende somente de uma liberação do Incra de Brasília”. Como resultado da mobilização, no dia 30/04/2015 (1), foi publicado no DOU – Seção 3, trata da regularização fundiária de Brejão dos Negros e no dia 3/07/2015 (2), também no DOU, Seção 1, reconhece e declara as terras como sendo da Comunidade Remanescente de Quilombos de Caraíbas.



Figura 13: Ocupação do Incra/SE, 13/04/15.

(1) TORNA PÚBLICO que tramita na Superintendência Regional em Sergipe o Processo Administrativo nº 54370.000952/2006-48, que trata da regularização fundiária das terras da Comunidade Remanescente de Quilombos Brejão dos Negros, localizada no Município de Brejo Grande, Estado de Sergipe.

⁷ Famílias [quilombolas](#) ocuparam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nesta segunda-feira, 13/04/15. <http://www.infonet.com.br/politica/ler.asp?id=171384>.

(2) Art. 1º Reconhecer e declarar como letras das comunidades Remanescentes de Quilombosde Caraíbas, a área de 3.085,3014 hectare, situada no município de Canhoba, Amparo do São Francisco, Aquidabã, Cedro de São João e Telha no Estado de Sergipe, cujas características, limites e confrontações constam do memorial descritivo.

Grupo 3 – Unidos pra Vencer (Figuras 14 e 15)

Componentes: (Nézia, José Orlando)

– Nézia

Resgatando um pouco da memória das nossas comunidades, das nossas vidas, vou contar um pouco do que vivi e ouvi. Caraíbas, antes era assim, bem natural, cheia de árvores, pássaros, tudo bem como era no início das nossas comunidades, tempos depois, a comunidade sobrevivia da caça, da pesca, da agricultura, mesmo desmatando para plantar, não degradava. Quando essas terras passaram a ser de fazendeiros com mais condições, a gente trabalhava no processo de meiação, também como Brejão dos Negros, depois essas terras passou a ser de outros fazendeiros que pagavam a diária, aí fico tudo pelado, hoje é assim (**Figura X**), capim e gado. Deixaram de pagar para a capinação, substituindo por máquinas que espalha veneno para matar tudo ficando apenas o capim.

A gente percebe, mas não está tendo condições porque está dependendo das políticas voltadas para os territórios quilombolas, a demarcação das terras quilombolas.

Isso é preocupante, como é que a gente vai continuar com a nossa história, com a nossa luta? Garantir que o nosso povo permaneça no nosso lugar de origem. Hoje estamos encurralados.

– José Orlando dos Santos Marinho

Hoje depois dessa luta, da luta quilombola a gente está com espaço maior, à vontade, a gente pode ir e vir,

Não estamos como antes, a cerca do fazendeiro era em redor da casa, se jogasse milho pra uma galinha no terreiro da gente, caía já na terra do fazendeiro,

mas hoje graças a Deus, a gente tem muito que agradecer à luta e ao governo do PT

As casas de gente era de palha e taipa, hoje é de alvenaria 100%



Figuras 14: Grupo 3 Elaboração. Foto: Beth Souza, 2015.



Figuras 15: Grupo 3 – Apresentação. **Foto:** Beth Souza, 2015.

ÁRVORE DOS SONHOS

A “Árvore dos Sonhos” uma adaptação de uma das etapas da Oficina do Futuro do Instituto ECOAR para a Cidadania, utilizada pelo governo federal no programa “Vamos Cuidar do Brasil com as escolas”⁸. Essa é uma atividade apropriada para projetar sonhos, mudanças ou melhorias estruturantes para o território após o “Mapa falado”. A dinâmica pedagógica, “Árvore dos Sonhos”, entrou como complemento à atividade do desenho do “Mapa Falado” e a sua aplicação estimulou a fomentação de ideias almejadas para o futuro dos territórios.

Assim como ocorreu com a dinâmica anterior, seu desenvolvimento caminhou na linha do planejado, o qual contemplou os itens:

Objetivos:

Local: Ao ar livre em contato com a natureza, em um terreiro, **em uma árvore** ou em uma sala, a depender das condições do tempo no dia.

Participantes: Até 30 representantes da comunidade.

Tempo: 01h30' (uma hora e trinta minutos).

Material: Cartões coloridos em forma de folha, flores, sementes e frutos; barbante; giz de cera; tinta de pintura em papel (três cores) e pincéis; papel pardo; fita adesiva.

Equipamento: Máquina fotográfica; laptop; e filmadora.

Desenvolvimento:

A) Com base nos comentários que emergiram na roda de socialização (vide dinâmica do Mapa Falado), cada participante, com uma

⁸Formando COM-VIDAS. Construindo Agenda 21 na Escola.

http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/com-vida.pdf

cartela, expressou um ou mais sonhos depositado em uma árvore no quintal do local do evento. **(01h00). Figuras**

B) Registro fotográfico para compor o relatório, durante o desenvolvimento da atividade, pela facilitação e participantes.

C) Roda de socialização: Após a socialização, cada um ficou com a folha do seu “sonho”. (30').



Figuras 16 e 17: Dinâmica “Árvore dos Sonhos”. **Fotos:** Beth Souza, 2015.



Figuras 18 e 19: Atividade “Árvore dos Sonhos”. **Foto:** Beth Souza, 2015.

Essa atividade demonstra a convergência em coletivo dos sonhos para a concretização da política de acesso à terra com garantia de qualidade de vida socioambiental e em todos os aspectos discutidos na roda de diálogo. Com a dinâmica

do Mapa Falado fO Mapa Falado por meio do acesso aos direitos até então . A negociação coletiva vai mostrar que há muitos sonhos parecidos entre as pessoas e que, por serem sonhados juntos, eles podem se tornar realidade.



Figura 20 e 21: Sonho. Foto: Inácio, 2015.

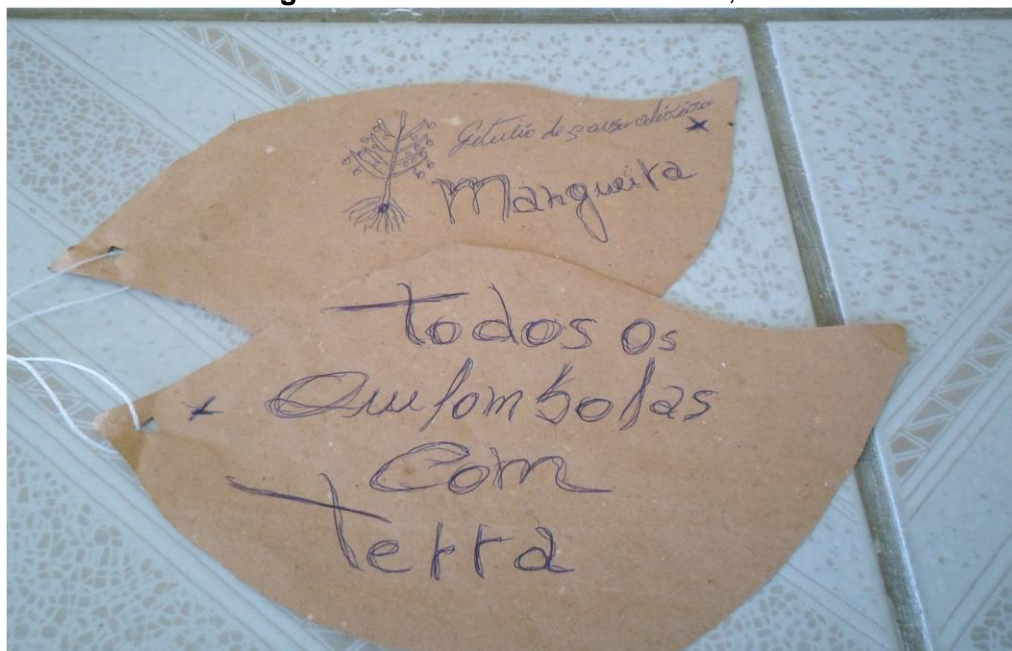


Figura 22: Sonho. Foto: Inácio, 2015.

4.4. ENTREVISTA

A entrevista objetivou a captação das percepções e colheita de mais elementos complementares às duas dinâmicas anteriores (Mapa Falado e a Árvore dos Sonhos), contribuiu para a avaliação dos aspectos abordados. A ideia de entrevistar nas comunidades pessoas mais velhas do território, foi substituída, de modo que aconteceu no primeiro dia (14/03) da roda de diálogos em uma dinâmica mais de escuta das cinco lideranças (Bongue, Brejão dos Negros, Caraíbas, Lagoa dos Campinhos e o representante da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas de Sergipe) diante dos temas: meio ambiente, educação; saúde; acesso à terra; habitação; segurança alimentar; infraestrutura; acesso à água; cultura, economia e outros. Houve concordância para a gravação da entrevista que segue transcrita com adaptação.

Participaram: José Wellington Fontes Nascimento (Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas de Sergipe); Maria Izaltina Silva Santos (Brejão dos Negros); Edmilson Santos (Lagoa dos Campinhos); e Xifronese Santos (Caraíbas).

Problemas apontados por Izaltina:

Manguezal devastado, lagoas que sustentam a comunidade de Brejão dos Negros; Antes viviam da plantação de arroz; Muitos viveiros de carão de camarão em Carapitanga; Problemas

apontados por Edmilson:

Lagoa dos Campinhos tem três comunidades: Pontal, Crioulo, Lagoa Seca e Serraria Pontal; A lagoa de Campinhos media 12 km de lâmina d'água, atendia 400 famílias, hoje tem 10%. (**Figura X**).

– Wellington Fontes

Eu estava lembrando aqui outra questão que é muito importante na nossa luta. As drogas estão adentrando as comunidades. Como é que a gente vai combater a entrada de drogas, um ponto de drogas, a venda de drogas das comunidades, se agente não tem alternativa? Por Exemplo: faltam espaços para esportes na comunidade. Como é que faz, trabalhar com os jovens sem ter políticas para a juventude? Como é que a gente vai manter os filhos, os jovens adolescentes na

comunidade se não temos escolas, não temos trabalho? Nós estamos perdendo! O êxodo agora é êxodo quilombola, o título tem que ser assim, êxodo quilombola porque o povo está saindo das comunidades quilombolas para trabalhar na capital como servente de pedreiro, garçom, gari, empacotador de supermercado porque não tem qualificação para sobreviver na cidade grande, não tem qualificação e não tem qualificação porque lá não tem escola, porque as leis não são cumpridas. Então, a gente além de tudo tem mais essa dificuldade e é uma preocupação nossa porque como é que vai ficar as comunidades?

Pronto, produção de comida, as comunidades, as pouquíssimas que produzem, escoar esses alimentos, como, essa produção como? Tem estradas adas aí que não tem condições, ou seja, existe no discurso, mas nem a intenção de colocar na prática existe. Por exemplo, o governo do estado, esse que assumiu agora, o governo do estado de Sergipe tivesse intenção de colocar em prática para quilombolas, as políticas de forma geral, não teria acabado, apenas para dá um exemplo, com a Secretaria de direitos humanos. Era uma secretaria que não tinha muito recurso, mas a gente recorria lá e ela pelo menos articulava e fazia alguma coisa, dava atenção.

- Edmilson

É preocupante quando você...o território de Lagoa dos Campinhos tem 1263 hectares, 96% já entregue à comunidade, até então o governo não colocou um centavo de crédito.

A propaganda diz que tem uma sala específica para quilombola, mas se você chega lá para digitar um documento, elaborar um documento de reivindicação contra o governo, tem que pedir para o funcionário do governo digitar porque você não tem acesso a um computador, completa o coordenador: aí se ele estiver disponível ou a máquina e se você souber digitar, você usa, senão não tem.

Acesso à água – Lagoa dos Campinhos. A Adeso estação de tratamento possui uma bomba de bombeamento e de tratamento a 1 km da comunidade, mas a água vai para Aracaju/SE que fica a 140 km e

nós bebemos água não tratada.

Mas também, não podemos negar que foi a partir de 2003, a partir do decreto que começou a se falar, a se cogitar em PP para quilombolas.

Segundo o decreto 4887, são mais de 20 ministérios para trabalhar as políticas quilombolas nas comunidades.

Onde estão os ministérios?

Porque até hoje a gente não viu esse tanto de ministérios na comunidade?

Quem representa esses ministérios?

Quem representa a segurança saúde e educação?

Lançamento de mais uma propaganda chama liderança, manda ônibus com ar-condicionado para bater palmas para mais uma promessa, depois manda aquele carro com ar-condicionado que só chega até a cidade (querendo dizer que não chega até as comunidades).

O cara não pode trabalhar, sabendo que esse valor vai gerar renda para a própria comunidade. Eles dizem que não pode contratar porque diz que o trator é da comunidade. Aí contrata um trator de fora, o trator não trabalha porque chega lá com 2, 3 dias diz que quebrou e fica lá os três parado e quando é o final do inverno diz: aquele trator ali já serviu 100 – 200 horas trabalhadas, sem trabalhar nada.

O PAC não chegou, as estradas no abandono.

Regularização.

Quantas comunidades tem acesso à terra? Serra da Guia, Brejão e Lagoa dos Campinhos. Reconhecimento (por meio) o decreto presidencial. As políticas públicas de cima para baixo, isso faz com que não consiga acessar as políticas. Tem PAC 1 e 2.

Habitação

Tem uma discussão já há bastante tempo sobre o tema habitação, são áreas das comunidades que conseguiu algum avanço, mas outras não saiu do papel e do sonho, o PAC, não vi que tenha chegado à comunidade.

Estradas

Estão no completo abandono. As máquinas vem para o município, que dá uma melhorada aqui e acolá quando bem entende. Não são muitas coisa para fazer!

Regularização Fundiária

Dentro da questão quilombola, regularização fundiária embora Sergipe seja um dos estados, segundo o próprio Incra da região, é o que mais avançou no país, quantas comunidades de Sergipe tem acesso à terra? Serra da Guia em Poço Redondo, Lagoa dos Campinhos em Amparo do São Francisco e Mocambo em Porto da Folha. Brejão dos Negros tem uma pequena área que é área pública, mas não tem avançado, não vejo avanço na questão da regularização fundiária porque em Sergipe são poucas as comunidades e quantas tem acesso à terra?

Então, é assim, se fala muito, tem muita publicidade, muita propaganda, a realidade, os problemas estão aí.

– Nézia

Mas no meu ponto de vista, eu da comunidade quilombola de Sergipe, representando aqui a comunidade quilombola Caraíbas e o movimento quilombola no estado, percebo alguns avanços, que a gente não pode generalizar de vez, porque dentro da historicidade do nosso povo como negro nesse país, os avanços que a gente tivemos foi o reconhecimento do decreto presidencial onde despertou a todos nós lutar pelos nossos direitos, foi um avanço, mas dentro desses avanços vem as lacunas que são as Políticas Públicas que foi desenhada para nós de cima para baixo, não consultou a gente no desenho e isso faz com que a gente não consiga acessar as PP. Existe o PAC 1 e PAC 2, mas poucas são as comunidades quilombolas que teve acesso a essas políticas e as que tiveram ainda não são suficientes para reparar a dívida histórica que o nosso povo tem, porque são políticas paliativas que não resolvem a situação do nosso povo. Dentro do que o governo diz que nós temos direito, muito propagado como falou Edmilson, a gente precisa de regularização urgente, porque se a gente não regulariza, o governo não regulariza esses territórios das comunidades quilombolas, a gente vai passar mais 500 anos discutindo PP que não vais chegar nunca nas comunidades. Porque discute-se toda a infraestrutura, discute toda

política direcionada a quilombolas, mas na hora da aplicação da política,

cadê a terra?

Se não tem terra não tem acesso às políticas!

Então, desenhou a política antes de realizar a política principal que era (é, grifo meu) a demarcação das nossas terras, não dizendo que está errado porque foi desenhado dessa forma, mas precisa-se agilizar essa situação que a gente percebe que isso faz com que o nosso povo cada vez mais se endivida, porque veio uma política desenhada para quilombola onde os aproveitadores acessam elas e faz ela acontecer nas comunidades da forma que eles querem e a gente não tem nem segurança de garantir que essas políticas sejam aplicadas pelo nosso povo, que o nosso povo pelo menos tenha acompanhamento disso. Então, ela está muito solta, avançou quando se construiu, tem recurso para se realizar, mas veio muito solto por vários órgãos, pre gente chegar até eles dá um trabalho imenso. Então houve avanços, dentro dos avanços tem as lacunas que nos atrapalha e atrapalha muito. Tem avanços, mas tem problemas, problemas sérios porque o tempo todo a gente tem que está brigando. Então a gente se degrada, porque as políticas que a gente não tem acesso a elas, eles tratam a gente como se a gente fosse governo.

Comunidade quilombola, ela já tem uma história de fragilidades de conhecimento desde a época que disseram que negro não tinha direito a estudar. Como é que a gente vai competir em acessar essas políticas com os camaradas? Quem está dominando essa política são os camaradas que planejou a gente não ter esse acesso? Então, isso é muito desgastante e preocupante para o nosso povo. Existe mais perigo que avanço!

– Maria Izaltina

Saúde, saneamento básico, educação, acesso à terra, meio ambiente tem uma coisa que vocês não falaram, mas que eu lembrei aqui, é a saúde. A nossa saúde das comunidades quilombolas que teria uma saúde diferenciada, toda comunidade quilombola por direito tem que ter uma equipe médica dentro da comunidade, mas só que isso não vem funcionando. Todas as comunidades na questão da saúde é

muito precária, questão de verminose por não ter um acompanhamento.

Saneamento básico, na comunidade nem água tratada tem, então, como que a gente vai ter saúde?

Outra questão é educação, hoje existe essa lei... pra ser implantada dentro das escolas a educação quilombola, é um problema sério, porque na maioria das vezes os professores não são da comunidade e mesmo os que são, não dão apoio.

Acesso à terra – o maior problema que nós temos com a terra é que o processo quilombola é muito lento, na verdade não se anda nada, mas nas comunidades que já teve um pedacinho de terra, a gente sente a diferença porque quase todas as comunidades quilombolas são rurais, então a terra é essencial para o nosso povo para melhorar a qualidade de vida, tirar uma renda.

Meio ambiente nós sentimos que há uma falha de compromisso dos órgãos, tanto estadual como municipal, nós não temos acompanhamento nessa questão de meio ambiente nas comunidades. O manguezal está acabando, as nossas matas ciliares, as lagoas marginais, muitas pessoas se apossam delas não deixam que as pessoas vão pescar, que sobrevivem até disso, precisa dessas lagoas para sobreviver, então tudo isso é uma luta para nós.

– Wellington

Segurança alimentar

É interessante o que vocês estão colocando, são fatos reais, em cima de fatos em cima da realidade que a gente vivencia. Foi falado aí a questão do PAC 1 e PAC 2, eu quero lembrar que existe o Programa Brasil Quilombola que é específico e dentro dele o Programa Sergipe Quilombola que foi anunciado, divulgado. Eu concordo com os irmãos quando eles dizem que está parecendo uma política de propaganda porque na verdade a gente não vê o avanço das comunidades. Algumas comunidades foram beneficiadas, mas no conjunto a grande maioria ainda está esperando que comece a política dentro desses programas nas comunidades quilombolas.

Aí tem uma coisa que a gente precisa efetivamente citar,

houve um avanço do ponto de vista que antes do presidente Lula não

tinha nada, nenhuma política colocada em prática e a partir do presidente Lula, do decreto do presidente Lula, pelo menos nós começamos a nos organizar, pelo menos sentir a necessidade de organização, ir em busca dessas políticas, houve um avanço!

Porém, a gente precisa analisar também que no ano passado na pesquisa do movimento negro, o governo de Dilma, o primeiro governo Dilma, as PP para quilombolas, foi a que menos cresceu no Brasil. E aí, a gente tem que citar uma série de coisas que não é só da responsabilidade de presidência da república, da presidenta, é responsabilidade de todas as instituições, infelizmente a gente sabe que nos cargos que estão sendo ocupados por pessoas para trabalhar com as comunidades quilombolas, uma boa parte de pessoas delas, são pessoas despreparadas que não estão preparadas para trabalhar com comunidades quilombolas, a começar pelo Incra (cita um funcionário da instituição que para desenvolver a PP agrária, não é PP dos quilombolas). **Então, nós precisamos de referencial!** Nós precisamos de pessoas que entendam o que é a nossa luta para poder colocar em prática, porque quando Edmilson, estava colocando ali há pouco, citou a questão da ida à itabaiana buscar a cesta básica. Nós temos uma proposta, lá, Edmilson, nós entregamos a foi dito pra gente que a proposta estava em prática. O caminhão que lá está é para atender todas as comunidades quilombolas, o caminhão que veio para atender o MST. Por quê? Porque as políticas do Incra sempre foram desenvolvidas pra atender o MST.

Nós temos por exemplo dentro do meio ambiente, nós temos além dessas questões que foram colocadas aqui, nós temos as reservas, algumas que estão em comunidades que poderão ser, eu digo poderão ser porque não foi demarcada, essa é a realidade, sabe que está no processo, mas vai ser demarcada quando? Vai ser mapeada quando? Vai ser entregue aos quilombolas quando? Então, existe as reservas que entre aspas são nossas, mas que estão à disposição dos latifúndios.

A questão da água, comunidade Curuanhas, por exemplo, em Estância, a comunidade tem um foco que segundo os técnicos, de

qualidade muito boa, mas está em terras particulares, a comunidade não tem acesso, a comunidade não tem água.

A comunidade de Porto D' Areia em Estância, a água que jorra no rio é água poluída, água de esgoto que não tem tratamento, que não tem fiscalização, tanto é que nesse mesmo espaço para se dividir com os pescadores, com os moradores, como o pessoal da burguesia, com jet sky, usufrui desse mesmo espaço, rasga rede, espanta peixe, fazer bagunça, provocar acidente. Não existe fiscalização, ou seja, no geral, não existe fiscalização. Então, a água é um problema seríssimo, como disse Izaltina há pouco, na questão da saúde e doença, está tudo interligado. Para se ter uma ideia, nós tivemos no mês passado a distribuição de remédios para a verminose (combate à verminose, grifo meu), são duas ruas, praticamente a comunidade são duas ruas grandes: de um lado 200 pessoas recebem remédio, do outro lado mais 200, ou seja, 400 pessoas com verme, ou seja,

o rio está doente, a comunidade está doente também!

Há falta de postos de saúde na comunidade. Ana Maria (Bongue) pergunta se foi feito o exame, ao que o coordenador responde que foi feito o exame e constatado!

Aí Izaltina fala também da Lei 10.639/03, que não é colocada na prática. Eu lembro da educação escolar quilombola, obrigatoriamente tem que está nas escolas que estão nas comunidades, não é colocada em prática que é para trabalhar meio ambiente, cultura, nem educação nem saúde completa Ana Maria, São temas que infelizmente no nosso dia a dia são temas de debate negativo porque não é colocado em prática.

E aí a gente tem que aproveitar esse espaço! (se referindo à roda de diálogo).

As fontes naturais que não existem e por conta dessa política criam-se os conflitos, o que é o pior, os conflitos internos. A gente tem que brigar com os agentes do governo que não entendem qual é a política e não coloca em prática. Os agentes do governo, o próprio governo que ignora a luta e as PP e porque ignora não coloca em prática, nós temos os conflitos internos. Nós temos que conflitar com nossos irmãos que não tem o entendimento da luta, com nossos irmãos que não compreendem que precisam estar na associação, com os nossos irmãos que não compreendem que têm de ser reconhecidos, com

nossos irmãos que não acreditam no que a gente fala porque não tem a prática, só temos os discursos, infelizmente porque só temos os discursos, não temos a PP e a gente consegue gratuitamente, além dos conflitos externos, os conflitos internos.

– Edmilson

Eu insisto em dizer que a maioria das políticas que passam em jornais ou em revistas, são propagandas. Até então, eu só tenho visto propaganda. Em todo lugar que a gente chega, diz que o governo tem milhões e milhões para investir nas comunidades quilombolas. Onde está esse dinheiro? Quem está utilizando esse dinheiro? Porque as comunidades não têm acesso? As políticas não chegam na comunidade. Fazer habitação tem comunidades que não têm nem terra, vai fazer a casa aonde?

4.5. VISITAS TÉCNICAS

Por ocasião das reuniões da articulação com os órgãos de governo em Sergipe e da sociedade civil no mês de fevereiro, a convite dos representantes das associações, as comunidades foram visitadas, com fim apresentação da proposta para outros associados. Nessa ocasião, foi possível ter uma percepção bem geral das condições de vida dos moradores em relação aos temas do levantamento. Já a segunda ida à comunidade teve um caráter complementar às etapas anteriores, além dos registros fotográficos.

Foi identificado e constatado que a despeito de uma ou outra especificidade, do todo realizado as questões são comuns: desmatamento, principalmente para a pecuária; áreas protegidas: destruição e poluição de manguezais, sem fiscalização; assoreamento do rio em Brejo Grande e Lagoa dos Campinhos; lagoas marginais secas pelos fazendeiros; desmatamento da área de mangue para a construção do resort; degradação ambiental; regularização das terras; acesso à água; Insegurança alimentar; terras ocupadas por fazendeiros, terras da União e que por direito ancestral pertence aos quilombolas; políticas de

desenvolvimentos das PP de forma bem tímida; realidade povoada de conflitos constantes decorrente da ação dos fazendeiros; preservação de sua história.



Figura 26: Lagoa (seca) da comunidade de Lagoa dos Campinhos. **Foto:** Beth Souza, 2015.

5. COMENTÁRIOS FINAIS

As atividades que originaram este relatório atenderam satisfatoriamente a proposta do levantamento das informações das ações do Governo Federal em comunidades remanescentes quilombos no Estado de Sergipe, região do Baixo São Francisco, sobre: meio ambiente e qualidade de vida; educação; saúde; educação ambiental; social; acesso à terra e à água; habitação; infraestrutura e cultura.

Tanto pelo observado nas visitas técnicas quanto de acordo com informações expressas pelo conjunto das lideranças (e associados) dos territórios quilombolas, o acesso às Políticas Públicas específicas acontecem de forma ainda tímida. Segundo os depoimentos, depois do [Decreto Federal nº 4.887 de 2003](#), ainda que lentamente, o acesso à terra com a titulação, é o que tem mais representativo das políticas do governo federal.

Todos reconhecem que onde a política chegou, mesmo que não por completo, o cenário começou a mudar com o início da construção de habitação

(Bongue, Brejão do Negros/Batateira e Lagoa dos Campinhos), o que incidiu na melhoria da qualidade de vida, na elevação da autoestima.

No que tange a saneamento, eletrificação comunicação, vias de acesso, não foi percebido nem mencionado investimento nesse campo, no caso de eletrificação rural todos são atendidos dentro do possível. Por parte das lideranças vem sendo requerida a atenção com as questões de educação contextualizada, condutora para ao entedimento e preservação da cultura quilombola pelas gerações presentes e futuras. O mesmo apelo segue na direção da saúde preventiva, comprometida com a atenção básica e integrada, pois o não acesso à água e de qualidade, são fatores que somados à insegurança alimentar, o convívio com o ambiente com uso sistemático de herbicidas, vem tornam as comunidades com relevante vulnerabilidade.

Sobre a segurança alimentar as comunidades envolvidas nas atividades deram a conhecer que pequenos recursos estão sendo alocados para implantação de horta comunitária (que tem as mulheres à frente), outra iniciativa que a médio prazo contribui para a redução da insegurança alimentar. Essa ação se soma ao atendimento emergencial com o repasse de cestas básicas (aí reside reclames sobre os atrasos e a metodologia para a distribuição não dialogada com a coordenação das comunidades e suas associações.

Convém observar que os aspectos ambientais corre na esteira dos demais discutidos nas várias etapas deste relatório e um deles, a regularização fundiária, realçado pela especificidade para o pertencimento do território sem o qual as comunidades ainda se encontram impossibilitados de exercer o protagonismo na recuperação e preservação do meio ambiente, o qual está degradado.

Os aspectos abordados no levantamento sinalizaram para o significado histórico do reconhecimento, a partir da Constituição/88, à autoidentificação enquanto remanescentes quilombolas. Daí para a implantação e implementação da política e dos programas tem-se um largo horizonte e intervalos, no caso das

comunidades participantes do estudo, pois o processo para a titulação segue um ritmo, cujos resultados estão aquém do reivindicado pelos remanescentes quilombolas.

Destarte o apanhado neste item representa a colheita do proposto, ratificando que o atendimento foi satisfatório, há avanços, que as informações indicam a premência de ações integradas com a pasta do meio ambiente, não observado na composição do Programa Brasil Quilombola, com ações do programa de revitalização, de educação ambiental uma política ainda distante da realidade nas comunidades, foco do estudo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

------. Quilombolas. <http://www.incra.gov.br/quilombolas>. Acesso em:24 de mar.de 2015.

-----.“Minha Casa, Minha Vida” constrói 459 moradias em áreas quilombolas de Sergipe em um ano. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/minhacasa-minha-vida-constroi-459-moradias-em-areas-quilombolas-de-sergipe-emum-ano>. Acesso em: 3 de jul. de 2015.

As condições de navegabilidade do rio São Francisco. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/as-condicoes-de-navegabilidade-do-rio-sao-francisco/>. Acesso em: 20 de jun.. 2015.

BRASIL. Comunidades Quilombolas. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/povosecomunidadestradicionais/quilombolas>. Acesso em: 23 de mar. de 2015.

CANDAU, Vera Maria. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/pbunesco/v_02_educacaodir.html. Acesso em: 20 de jun. 2015.

Comunidade Quilombola Mesquita. Disponível em: http://ancestralidadeafricana.org.br/?page_id=132. Acesso em: 18 de mar. de 2015.

Comunidades quilombolas reconhecidas no Brasil. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/comunidades-quilombolas-reconhecidas-nobrasil/41057/>. Acesso em: 23 de mar. de 2015.

COSTA, Ivan Rodrigues. CONAQ: Um Movimento Nacional dos Quilombolas. Disponível em: <http://www.est.edu.br/periodicos/index.php/identidade>. Acesso em: 4 de jul. de 2015.

Estrema ou extrema. Disponível em: <http://duvidas.dicio.com.br/estrema-ouextrema/>. Acesso em: 23 de mar. de 2015.

Estrema. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/estrema/>. Acesso em 29 de junho de 2015.

Governo articula políticas sociais para a comunidade Quilombola Caraíbas. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/inclusao-social/governoarticula-politicas-sociais-para-a-comunidade-quilombola-caraibas>. Acesso em: 6 de jul. de 2015.

Governo articula políticas sociais para a comunidade Quilombola Caraíbas. Disponível em: <http://api.convenios.gov.br/siconv/dados/proposta/1465861.html>. Acesso em: 20 de jul. 2015.

http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2002/barbara%20oliveira%20souza.pdf. Acesso em: 28 de mar. de 2015.

INSTITUTO ECOAR PARA A CIDADANIA. Agenda 21 do pedaço. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.ecoar.org.br/web/pag.php?id=32>. Acesso em: 20 de jun. 2015.

LUCIA, Ana. PT. Fruto da Resistência: Quilombolas de Brejão dos Negros inauguram casa de farinha coletiva. http://www.analucia-se.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1811:fruto-da-resistencia-quilombolas-de-brejao-dos-negros-inauguram-casa-de-farinha-coletiva&catid=38:movimento-negro&Itemid=136. Acesso em: 29 de jul. de 2015.

Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=83>. Acesso em: 23 de mar. de 2015.

Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/todosnumsocoracao/1-relatriodo-programa-de-desenvolvimento-das-comunidades-quilombolas-do-estadode-sergipe>. Acesso em: 4 de jul. de 2015.

Quilombolas. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombolas>. Acesso em: 20 de mar. 2015.

Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa identidade! da Faculdades EST

SILVA, Eva Aparecida. Ser remanescente de quilombo em comunidades do Vale do Mucuri: reflexões preliminares. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/viewFile/21/36>. Acesso em: 20 de mar. de 2015.

Solicitação da comunidade havia sido feita em audiência pública organizada pelo MPF/SE e Incra. Disponível em: http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/quilombolas-de-lagoa-dos-campinhos-se-receberao-assistenciatecnica. Acesso em: 4 de abr. de 2015.

SOUZA, Bárbara Oliveira. Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2002/barbara%20oliveira%20souza.pdf. Acesso em 2 de jul. de 2015.

Viva a diferença. <http://www.turminha.mpf.mp.br/viva-a-diferenca/consciencianegra/video-assista-ao-documentario-201cbrejao-dos-negros-memoria-e-identidade201d>. Acesso em: 20 de mar. de 2015.

